

# Um Orçamento do Estado coxo

“Um orçamento nunca é bom se não equacionar os problemas de crescimento do país”

JOÃO SALGUEIRO  
Economista, ex-ministro das Finanças



“Duvido que tenhamos condições para crescer: endividámo-nos para crescer e agora não crescemos por causa da dívida”

ALBERTO DE CASTRO  
Economista, professor catedrático



“A mesquinhez vai ao ponto de não haver um acordo entre os partidos em prol do país”

JOSÉ MANUEL FERNANDES  
Presidente da Frezite



“Trata-se de um orçamento preguiçoso porque apesar de formalmente ter acabado o reinado da troika, mantém-se a austeridade”

OCTÁVIO TEIXEIRA  
Economista, ex-líder parlamentar do PCP



Ana Lourenço (SIC), João Salgueiro, Alberto de Castro, José Manuel Fernandes e Octávio Teixeira, na biblioteca da Imprensa Nacional, em

Texto ANA SOFIA SANTOS  
Fotos TIAGO MIRANDA

por onde  
jamos

Dreguiçoso, sem visão estratégica de médio prazo, autista no que toca às empresas e até incumpridor da Constituição é como é visto o Orçamento do Estado (OE) para 2015 pelos economistas João

Salgueiro, Alberto de Castro e Octávio Teixeira, a que se soma a opinião do empresário José Manuel Fernandes.

Os quatro juntaram-se esta semana a propósito da iniciativa 'Por Onde Jamos' (programa transmitido pela SIC Notícias) para debater a proposta de OE, que foi apresentada pelo Governo no passado dia 15 de outubro e está a ser discutida na Assembleia da República. E não pouparam nas críticas, nomeadamente, quanto aos efeitos eleitorais do documento.

“Este orçamento é mais uma fatia de uma coisa da qual os portugueses não sabem bem o que esperar, porque nunca foi discutido o caminho que se quer para o país e o que se deve fazer para lá chegar”, considera João Salgueiro, que participou em alguns orçamentos na época em que foi ministro das Finanças.

Para o ex-presidente da Associação Portuguesa de Bancos e da Caixa Ge-

ral de Depósitos, “os portugueses têm o direito de ter uma expectativa sobre como irão trabalhar para o seu próprio futuro”. Mais: “Estamos a viver um período de inconstitucionalidade, já que a Constituição impõe que os orçamentos traduzam uma política de médio prazo. E esse instrumento que está previsto na Constituição, as grandes opções do plano, tem sido, desde há décadas, quase uma farsa porque não serve para orientar coisa nenhuma”.

Alberto de Castro, economista e professor catedrático na Universidade Católica do Porto, concorda com Salgueiro e, sobre a intervenção internacional no OE para 2015, refere que “é muito difícil que este pudesse ser um orçamento livre, não só por nós, como pelos outros. Por um lado existem as condições, dificuldades e restrições que nos impusemos e, por outro, há aquelas que decorrem do espaço (europeu) onde estamos inseridos, que tem demonstrado que tem prioridades suas, que não são necessariamente as nossas”. Já Octávio Teixeira, economista e ex-líder parlamentar do PCP, frisa que se “trata de um orçamento preguiçoso porque apesar de formalmente ter acabado o reinado da troika, não houve grandes alterações. Mantém-se a austeridade quer em termos de receitas quer nas despesas, com o aumento da fiscalidade e a redução das funções sociais (que neste orçamento são todas afetadas). Não tem medidas que apoiem o crescimento económico, aliás há até medidas que são contra a produção”.

Alberto de Castro alude à ‘pescadinha de rabo na boca’ em que o país

se deixou cair. “Duvido muito que tenhamos condições para crescer: endividámo-nos para crescer e agora não crescemos por causa da dívida”. Na sua opinião, “não é possível crescer de forma significativa se não houver mudanças ao nível da gestão da dívida”.

## Cabeça enfiada na areia

Sair do círculo vicioso não é fácil, sobretudo, porque os problemas são antigos, fruto de más decisões e de falta de ambição. “Isto não começou agora com a troika, começou nos anos 90, com a queda do Muro de Berlim. Nós ignorámos que uma grande parte do esforço de investimento da Alemanha foi transferida para os países da Europa. E o comércio mundial abriu-se à China. O mundo mudou e nós não quisemos perceber isso”, analisa João Salgueiro e conclui que “um orçamento nunca é bom se não equacionar os problemas de crescimento do país. Tivemos o pior crescimento da União Europeia durante uma década e continuamos neste ramerrame. O único progresso que temos sustentado são as exportações, mas se começamos a ter algum alívio aumentam as importações e voltamos ao buraco”.

Qual é, então, a solução? “Promover o investimento não gera despesa pública, porque é que não colocamos o país numa rota de criar valor e futuro? Isso devia estar contemplado no orçamento. Não nos devíamos deter em se vamos conseguir mais uns centavos aqui e ou ali, porque certamente não vamos ficar contentes com o resultado”, defende Salgueiro.

A bola passa para o lado de quem

## NÚMEROS

123,7

por cento do PIB é o valor que o Governo estima para a dívida pública em 2015. O que corresponde a cerca de €222 mil milhões, um valor superior à estimativa para 2014 (na ordem dos €220 mil milhões)

2,7

por cento do PIB é a previsão de défice das contas públicas para 2015 (duas décimas acima do valor original). Este ano, embora não esteja ainda fechado, deverá ficar nos 4,8%

1,5

por cento é quanto deverá crescer a economia, segundo as estimativas do Governo na proposta de Orçamento do Estado para 2015. O preço do petróleo, a instabilidade dos mercados financeiros e a pressão das taxas de juro podem furar as contas

faz a economia acontecer: os empresários. Como é que se gere um negócio com sucesso apesar do Governo e dos orçamentos? José Manuel Fernandes, dono da Frezite (empresa exportadora de instrumentos de precisão e de corte), não hesita na resposta e dá uma receita a servir de inspiração para o Orçamento do Estado: “Com os pés assentes em bons planos de investimento, sabendo-se exatamente o que se quer com uma projeção no tempo e no espaço e objetivos bem definidos. [Pelo contrário] estamos perante orçamentos em que não são dadas guias ao país, nem há objetivos bem definidos”.

O empresário lamenta que tenhamos “uma cultura de discussão de coisas pequenas — o IRS que vai para cima e o IRC para baixo. E não se discute que país queremos, quais são os nossos objetivos e de que forma cada cidadão pode estar mobilizado e sinta que tem uma participação ativa para um país novo. Não temos isso e a mesquinhez vai ao ponto de não haver um acordo entre os partidos em prol do país”. No OE devia constar o designio de “incentivar as exportações”, já que hoje “as empresas que se entendam, resolvam e apareçam com as exportações”.

Sobre as medidas fiscais pró-família, a cláusula de salvaguarda que evita penalizações no IRS de quem não tem filhos, o retrocesso nos cortes aos pensionistas e aos funcionários, Alberto de Castro diz que “mostram que afinal o Governo não se revê na afirmação do primeiro-ministro, ‘que se lixem as eleições’”.

assantos@expresso.imprensa.pt